



SALAS DE VACINA: FUNCIONAMENTO E PRÁTICAS DOS TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR CEARENSE

Ana Cecília Cardozo Soares¹
Samara Dos Reis Nepomuceno²
Edmara Chaves Costa³
Maria Cecília Matos Barros⁴
Emília Soares Chaves⁵

RESUMO

Objetivo: Analisar o funcionamento de salas de vacina e as práticas realizadas pelos técnicos e auxiliares de enfermagem vacinadores. **Métodos:** Tratou-se de um estudo transversal, descritivo e exploratório, realizado nas salas de vacinas de dois municípios situados no Maciço de Baturité, interior do estado do Ceará. A população englobou todos os profissionais técnicos e auxiliares de enfermagem que atuavam diretamente no serviço de vacinação. A amostra foi estimada em 30 colaboradores, 24 no município X e 6 no município Y, conforme as informações concedidas pelos coordenadores de imunização, desta forma sendo dispensado cálculo amostral. **Resultados:** Participaram da pesquisa 20 profissionais, com idade entre 22 anos e 52 anos. Foram observados 198 atendimentos de vacinação, nos quais habitualmente (96,9%) houve negligência na investigação, possíveis interações deletérias ou contraindicações à vacinação, percebida pela ausência de questionamentos aos pacientes. Notou-se também falta de higienização das mãos, seja com água e sabão ou com álcool, em 65,15% dos atendimentos. Destaca-se também certo descuido ao não realizarem o registro de informações, como a data de abertura dos frascos, multidoses de imunobiológicos (47,97%). **Conclusão:** observa-se necessidade de participação mais efetiva do enfermeiro, a fim de capacitar sua equipe e supervisionar de forma criteriosa as atividades. Além disso, comumente o processo imunizatório torna-se mecanicista, fato que pode prejudicar a qualidade da assistência.

Palavras-chave: Imunização; Atenção primária; Enfermagem.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, ICS - CEARÁ, Discente, ceciliauni77@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, ICS - CEARÁ, Discente, samaranepomuceno@aluno.unilab.edu.br²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, ICS - CEARÁ, Docente, edmaracosta@unilab.edu.br³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, ICS - CEARÁ, Discente, ceciliamatosbarros@gmail.com⁴

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, ICS - CEARÁ, Docente, emilia@unilab.edu.br⁵

INTRODUÇÃO

Desde sua formulação, em 1973, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem consolidado estratégias vacinais e transformado o cenário brasileiro para as doenças infectocontagiosas (BRASIL, 2023). Atualmente, devido aos aspectos sociais, culturais e econômicos, o PNI enfrenta desafios para manter coberturas vacinais adequadas (Domingues et al. 2020).

Neste cenário, os vacinadores, agentes fundamentais para a obtenção de resultados positivos, devem receber subsídios para retomar e incrementar as ações de mobilização social favoráveis à vacinação (Domingues et al. 2020). O enfermeiro é o principal responsável por gerenciar as atividades desenvolvidas em sala de vacina (SV), coordenando e supervisionando tarefas procedimentais, desempenhadas por técnicos e auxiliares de enfermagem (BRASIL, 2014; Pereira, 2019).

Condições estruturais, organizacionais e operacionais tendem a influenciar na qualidade dos serviços prestados nas salas de vacinas (Martins, Veigas, Oliveira, Lanza, 2019). Na perspectiva dos clientes, a restrição do horário de funcionamento das SV e déficits na transmissão de orientações constituem obstáculos ao pleno acesso aos serviços de imunização (Duarte, et al. 2021).

Acredita-se que conhecer o ambiente de trabalho, as particularidades formacionais e a visão dos vacinadores pode fornecer subsídios para o cuidado mais qualificado em SV. Logo, por meio deste estudo, objetivou-se caracterizar o perfil sociodemográfico e de formação dos vacinadores, além de investigar as práticas executadas antes, durante e após a administração de imunobiológicos.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo transversal, descritivo e exploratório, realizado em SV de dois municípios situados no Maciço de Baturité, Ceará. Os locais foram escolhidos por integrarem o mesmo território da instituição de ensino com a qual os pesquisadores têm vínculo, bem como devido ao escasso de acervo informacional sobre as SV da região. Destaca-se que houve codificação dos municípios como X e Y, por aspectos éticos pactuados com os gestores municipais.

Foram acionados os Coordenadores municipais de imunização para quantificar os profissionais vinculados às SV. Assim, contabilizaram-se, no município X, 13 salas de vacinas (SV) e quatro pontos de apoio de imunização, com 24 técnicos (TE) e auxiliares de enfermagem (AE), no município Y, seis SV, com seis TE e AE. Desta forma, a população da pesquisa englobou todos os profissionais técnicos e auxiliares de enfermagem atuantes em SV. A partir disto, estabeleceu-se a amostra em 30 indivíduos.

Foram incluídos na pesquisa profissionais de enfermagem com vínculo empregatício nas SV dos municípios X e Y. Todavia, excluíram-se profissionais de enfermagem que estavam afastados ou de férias durante o período da coleta de dados, bem como excluídos docentes e discentes em atividades de ensino e assistência nas salas de vacina.

Equipes, previamente capacitadas, realizaram a coleta. Para tanto, aplicaram, com os vacinadores, dois questionários, um sociodemográfico e um para análise das práticas imunizatórias, bem como uma entrevista semiestruturada sobre aspectos organizacionais. Posteriormente os dados foram transcritos para um banco de dados no programa Excel. As análises de relações bivariadas e descritivas foram realizadas no software Statistical Package for the Social Science (SPSS) 22.0.

Este estudo respeitou a Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira com parecer n.º 6.018.805. Todos os participantes foram instruídos sobre a pesquisa e sobre a necessidade da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e a possibilidade de descontinuidade de participação na pesquisa qualquer momento.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 20 profissionais, quantidade inferior ao número de profissionais estimado, pois os demais estavam afastados do setor. A faixa etária dos participantes esteve entre 22 e 52 anos, com média de 42 anos e desvio padrão de 9,47. Todas as participantes eram mulheres, sendo 85% TE e 15% AE, uma delas tinha ensino superior completo. O maior tempo de atuação foi 20 anos. No tocante a carga horária de trabalho, 90% cumpriam 40 horas, 5% cumpriam 20 horas e outros 5% cumpriam 50 horas. Os achados demonstraram ainda que um profissional trabalhava apenas no turno vespertino, enquanto os demais exerciam suas atividades diuturnamente. Além disso, 19 vacinadores exerciam suas atividades em uma só unidade. Apenas três trabalhadores não participaram de nenhum treinamento, desde 2014, sendo que 50% tinham até 6,6 anos de atuação em SV, 35% contabilizavam entre 6,6 anos e 13,4 anos, enquanto 15% tinham 20 anos de serviço. Em 60% dos casos, a periodicidade de treinamentos foi descrita como semanal ou anual, 20% somente em campanhas, 5% mensalmente e em 15% das vezes foi relatada como inexistente. Foram observados 198 atendimentos de vacinação e, em 96,9%, notou-se a omissão de questionamentos para investigar contraindicações à vacinação. A tabela um reúne as ações anteriores à administração dos imunobiológicos.

Tabela 1 - Ações de imunização antes da administração em salas de vacinas dos municípios X e Y. Redenção-CE, Brasil, 2023.

1. Solicita-se o cartão vacinal? sim :198(100%) não :0 NA :-
2. Realiza-se busca do histórico de imunização, caso o paciente não tenha cartão vacinal? sim :2(1%) não :10(5%) NA :186(93%)
3. Verifica-se a indicação vacinal pelo calendário oficial? sim :192(96%) não :6(3%) NA :-
4. Analisa-se o cumprimento dos intervalos entre as doses? sim :144(72%) não :7(3%) NA :47(23%)
5. Interrogam-se eventos adversos relacionados à administração de doses anteriores? sim :1(0,5%) não :192(96%) NA :5(2%)
6. Investiga-se contraindicações vacinais? sim :5(2%) não :192(96%) NA :1(0,5%)
7. Quanto a vacinas atenuadas, é interrogado se o paciente tem alguma imunodeficiência ou está gestante? sim :1(0,5%) não :51(25%) NA :145(73%)
8. Em caso de contraindicações, o profissional descontinua o procedimento? sim :0 não :1(0,5%) NA :197(99%)
9. Quanto a vacinas atenuadas, interroga-se o uso de terapias imunossupressoras? sim :1(0,5%) não :59(29%) NA :138(69%)
10. Interrogam-se reações alérgicas e o nível dessa reação relacionada à administração de dose anterior? sim :0 não :167(84%) NA :31(15%)
11. Questiona-se a presença de febre no paciente? sim :2(1%) não :196(98%) NA :0
12. Questiona-se sobre hemotransfusão nos últimos 90 dias? sim :0 não :198(100%) NA :-
13. Analisa-se a administração simultânea de vacinas indicadas? sim :17(8%) não :0 NA :181(91%)
14. Realiza-se o registro completo da dose administrada no cartão de vacina? sim :4(2%) não :140(70%) NA :54(27%)
15. Registra-se no Sistema de Informação imediatamente após a administração? sim :165(83%) não :33(16%) NA :-
16. As próximas doses ou outras vacinas são apazadas? sim :4(2%) não :140(70%) NA :54(27%)
17. Orienta-se paciente sobre os cuidados pós vacinais? sim :53(26%) não :83(41%) NA :62(31%)
18. Ocorre orientação sobre os possíveis eventos adversos pós-vacinação? sim :22(11%) não :176(88%) NA :-

Fonte: Autores, 2023. * NA: não se aplica

Evidenciou-se emprego de atenção e agilidade ao preparo das vacinas, excetuando-se os casos em que houveram interrupções durante o procedimento. Infere-se também que a falta do registro de informações, como a data de abertura dos frascos multidoses, deve-se parcialmente, ao alto fluxo em SV, posto que comumente os frascos acabavam antes do prazo de expiração. A tabela 2 condensa aspectos do preparo.



Tabela 2 - Observação do preparo de imunizante em salas de vacinas dos municípios de X e Y. Redenção-CE, Brasil, 2023.

1. Higieniza as mãos antes do preparo da vacina? sim: 69(34%) não: 129(65%) NA:-
2. O profissional aguarda as mãos secarem totalmente quando realiza higiene com álcool 70%? sim: 8(4%) não: 41(20%) NA: 149(75%)
3. Verifica o rótulo ao retirar a vacina da caixa térmica? sim: 198(100%) não: 0 NA:-
4. Após retirar a vacina da caixa térmica, prepara e administra imediatamente? sim: 172(86%) não: 26(13%) NA:-
5. Observa e certifica o diluente da vacina, caso tenha? sim: 58(29%) não: 0 NA: 140(70%)
6. Seleciona a seringa adequada para uso? sim: 171(86%) não: 18(9%) NA:-
7. Seleciona a agulha adequada para a preparação? sim: 180(90%) não: 18(9%) NA:-
8. Prepara a vacina conforme a norma técnica? sim: 62(31%) não: 136(68%) NA: 0
9. Prepara apenas a dose a ser administrada? sim: 170(85%) não: 14(7%) NA: 14(7%)
10. Registra a data e a hora da abertura do frasco, conforme recomendação do laboratório produtor? sim: 74(37%) não: 95(47%) NA: 29(14%)
12. Após a preparação, acondiciona o frasco multidoso em condições adequadas na caixa térmica ou refrigerador? sim: 167(84%) não: 1(0,5%) NA: 30(15%)
13. O profissional foi interrompido durante o preparo? sim: 15(7%) não: 183(92%) NA:-

Fonte: Autores, 2023. * NA: não se aplica

Globalmente, a enfermagem corresponde a 59% dos trabalhadores da saúde. Assim como os achados deste estudo, trata-se de uma categoria predominantemente composta por mulheres; no Brasil são 87% da classe. Nacionalmente, a faixa etária mais expressiva (55%) tem entre 35 e 54 anos (OPAS, 2020). O perfil formacional indica que 24% dos indivíduos têm instrução em nível superior e 76% em nível médio (OPAS, 2020). Neste cenário, destacam-se as principais necessidades sendo a ampliação de investimentos no ensino superior e o protagonismo de lideranças políticas (OLIVEIRA, A.P.C. et al. 2020).

Contrariamente à realidade perpetuada na profissão, os participantes deste estudo, em sua maioria, não têm duplas jornadas trabalhistas, as quais são adotadas por baixa remuneração salarial e social (SOARES, S.S.S. et al. 2021). Ademais, ações que precarizam o trabalho põem em risco tanto a saúde do trabalhador, como também reduzem a qualidade e segurança da assistência prestada (FARIAS, S.N.P. et al. 2023). Apenas em 2022, foi instituída a lei 14.443, estabelecendo o piso salarial da enfermagem, contudo a mesma negligenciou aspectos trabalhistas como a carga horária protelando melhorias profissionais (BRASIL, 2022). Desta forma, perpetua um aspecto fragilizador da profissão.

Respectivamente, 15% e 20% dos participantes, deste estudo, relataram a inexistência de capacitações e a realização pontual em campanha. Em um estudo, realizado Minas Gerais, profissionais de SV também referem ações educativas restritas a campanhas ou prévias à inserção de imunobiológicos no PNI. Os mesmos também alegam necessidade de educação direcionada às dúvidas dos vacinadores e capacitação de outros agentes inseridos na estratégia saúde da família (MARTINS, J.R.T.; VIEGAS, S.M.F.; OLIVEIRA, V.C.; RENNÓ, H.M.S.; 2019). Nesta conjuntura, a desatualização profissional também é tida como fator de risco para a segurança do paciente (OLIVEIRA, V.C. et al. 2019).

Ressalta-se que os vacinadores, são importantes agentes educativos para a população, pois orientam sobre efeitos adversos e condutas corretas para o manejo pós-vacinal (HERNANDEZ, A.L.F.; ALVARADO, N.M.F.; PERRALES, F.S. 2021). Deste modo, a atualização profissional é útil pois ultrapassa os muros físicos das salas de vacina. Este estudo, observou etapas fundamentais para a segurança dos procedimentos em SV



sendo indevidamente dispensadas, a exemplo da investigação de contraindicações. Ao mapear atitudes, conhecimentos e práticas para a administração segura de vacinas Farias et al. (2022), foram identificados os seguintes cuidados: análise da caderneta e história pregressa, higienização das mãos, checagem de rótulos e prazos, técnica e dose de administração corretas, entre outros. Texeira et al. (2021) identificou menor adesão profissional (0,6%) à higienização adequada das mãos, observou também falhas no acolhimento e déficits nas orientações prestadas nas SV.

CONCLUSÕES

Os resultados apresentados detalham as atividades desenvolvidas em salas de vacinas, com isso pode-se inferir que há necessidade da participação mais efetiva do enfermeiro para capacitar sua equipe e supervisionar de forma criteriosa as atividades.

Percebe-se também que os vacinadores devem ser instigados a realizar o procedimento imunizatório de modo menos mecanicista, sem negligenciar etapas como as orientações pós- vacinais. Observou-se também que o alto fluxo de pacientes exige dos vacinadores agilidade e frequentemente gera negligência de etapas fundamentais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo financiamento da pesquisa intitulada ASSISTÊNCIA EM SALAS DE VACINA: FUNCIONAMENTO E PRÁTICAS e executada entre 01/09/2022 e 31/08/2023, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti), da Unilab.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Programa Nacional de Imunizações - Vacinação. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao>. Acesso em 03 out 2023.

DOMINGUES, C.M.A.S. et al. 46 anos do programa nacional de imunizações: uma história completa de conquistas e desafios a serem superados. **Cad. Saúde Pública**. V.36 Sup 2:e00222919, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XxZCT7tKQjP3V6pCyywtXMx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 out 2023.

BRASIL. Manual de normas e procedimentos para vacinação. Brasília-DF. 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf. Acesso em 03 out 2023.

PEREIRA, M.A.D. et al. Gerenciamento de enfermagem em sala de vacina: desafios e potencialidades. **Rev. Enferm. UFSC**. V. 9, e32, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/33279/pdf>. Acesso em: 03 out 2023.

MARTINS, J.R.T., VIEGAS, S.F.M, OLIVEIRA, C.V, LANZA, F.M. Cotidiano na sala de vacina: vivência de profissionais adoecidos. **Av. Enferm**. v.7(2):198-207, 2019. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/73784/71329>. Acesso em 03 out 2023.

DUARTE, D.C. et al. ORGANIZATIONAL ASPECTS AND A SCHEDULE FOR ACCESS TO VACCINATION FROM USERS' PERSPECTIVE. **Texto & Contexto - Enfermagem [online]**.v. 30, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0101>. Acesso em: 03 out 2023.

BARBOZA, T.C.; GUIMARÃES, R.A.; GIMENES, F.R.E; SILVA, A.E.B.C. Retrospective study of immunization errors reported in an



online Information System. **Rev. Latino-Am Enfermagem [online]**. V. 28:e3303. 19 Jun 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3343.3303> Acesso em: 18 ago 2023.

BRASIL. Lei Nº 14.434. 4 ago 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114434.htm Acesso em 2021 ago 2023.

DONNINI, D.A. et al. Incidência de erros de imunização em Minas Gerais: estudo transversal, 2015-2019. **Epidemiol. Serv. Saúde [online]**. V.31, n.3:e2022055. 04 nov 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222022000300008> Acesso em: 18 ago 2023.

FARIAS, E.R.G. et al. Organização do processo de trabalho através de conhecimento, atitudes e práticas para administração segura de vacinas em crianças: uma revisão de escopo. **Rev. Min. Enferm.** V. 26:e-1478. 12 set 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/40919/31998> Acesso em 19 ago 2023.

FARIAS, S.N.P. et al. Pejotização and implications for nursing work in Brazil: repercussions of neoliberalism. **Rev Esc Enferm.** v. 57:e20220396. 26 mai 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0396en> Acesso em 18 ago 2023.

GUSMÃO, J.D et al. Classificação de risco de transmissão de doenças imunopreveníveis em Minas Gerais, Brasil. **Rev. Imunizações** . V.15, n.3. dez 2022. Disponível em: <https://sbim.org.br/images/revistas/revista-imuniz-sbim-v15-n3-2022.pdf> Acesso em: 22 ago 2023

HERNANDEZ, A.L.F.; ALVARADO, N.M.F.; PERRALES, F.S. 2021. Conocimiento de madres sobre manejo de efectos adversos posvacunales en niños menores de dos años. **Revista Cubana de Medicina Geral Integral**. v.37, n.1:e1248. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/mgi/v37n1/1561-3038-mgi-37-01-e1248.pdf> Acesso em: 18 ago 2023

OPAS. Fotografia da enfermagem no brasil. 2020. Disponível em: <https://apsredes.org/fotografia-da-enfermagem-no-brasil/> Acesso em: 20 ago 2023.

MARTINS, J.R.T.; VIEGAS, S.M.F.; OLIVEIRA, V.C.; RENNÓ, HMS. A vacinação no cotidiano: vivências indicam a Educação Permanente. **Rev Esc Anna Nery**. v.23, n.4:e20180365. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/QbkhC3CSL3BcKkrzmCpf9P/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 ago 2023

OLIVEIRA, A.P.C. State of Nursing in Brazil. **Rev Latino-Am Enferm [online]**.v. 28:e3404. 09 dez 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0000.3404> Acesso em 22 ago 2023.

OLIVEIRA, V.C. et al. Apercepção da equipe de enfermagem sobre a segurança do paciente em sala de vacinação. **Rev. Cuidart**. v.10, n.1. abr 2019. Disponível em: <https://revistas.udes.edu.co/cuidarte/article/view/590/1051> Acesso em: 19 ago 2023

TEXEIRA, T.B.C et al. Avaliação da segurança do paciente na sala de vacinação. **Texto Contexto Enferm [Internet]**. V.30:e20200126. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0126> Acesso em 20 ago 2023

SOARES, S.S.S. et al. Dupla jornada de trabalho na enfermagem: paradigma dou reflexo do modelo neoliberal. **Rev baiana enferm**. V. 35:e38745. 2021. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/38745/23453> Acesso em 19 ago 2023